



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/02/2021 a 28/02/2021

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/13

1.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 02/02/2022-
	CD	20:44
Publ.: DCD - 03/02/2022 - BIA KICIS-PSL -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Criação pela Casa de Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2020, a respeito da reforma tributária. Apelo aos partidos políticos de indicação dos seus respectivos membros para a composição do órgão.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -
Sr. Presidente General Peternelli, meu amigo, meu colega de partido, é uma alegriavê-lo nessa cadeira, presidindo esta sessão.

Eu quero usar desta tribuna, apenas por 1 minuto, para dizer que hoje, dia 2 de fevereiro de 2022, retomamos os trabalhos parlamentares. Acredito que o Brasil esteja de olho neste Plenário, esteja de olho em cada um de nós Parlamentares - os Deputados, os Senadores -, aguardando as medidas que entregaremos ao povo brasileiro num ano de eleição.

Sabemos que o ritmo de trabalho, em breve, será bastante diminuído, pois é necessário que os Deputados fiquem mais nas suas bases. Temos este primeiro semestre para nos dedicarmos com afinco ao trabalho nesta Casa.

Quero dizer que foi criada pelo Presidente Arthur Lira uma Comissão que analisará a Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2020, de autoria do Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança, nosso colega de partido. A proposta trata de reforma tributária. A meu ver, é a melhor que temos hoje no Congresso. Acredito que essa é a que melhor traduz os anseios da população, da sociedade com relação a uma reforma tributária que seja clara, que seja transparente, que seja eficiente.



Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo aos partidos para que indiquem os membros dessa Comissão e assim possamos, o mais breve possível, instalar a Comissão Especial da PEC 7/20. Fica registrado esse apelo. Apenas o PSL e o PSC indicaram seus membros. Então, rogo aos Líderes dos demais partidos que façam a indicação dos membros. Essa será realmente uma entrega muito importante para o País.

Muito obrigada.

Bom trabalho para todos nós em 2022!

Documento 2/13

1.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 02/02/2022-
	CD	20:48
Publ.: DCD - 03/02/2022 - HILDO ROCHA-MDB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Jair Bolsonaro pela revogação da exigência, a aposentados e pensionistas, de prova de vida presencial para recebimento de benefícios previdenciários. Eleição dos Desembargadores José de Ribamar Froz Sobrinho para o cargo de Corregedor; Ricardo Duailibe e Paulo Velten, respectivamente, para os cargos de Vice-Presidente e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, biênio 2022/2024. Protesto contra a elevação da taxa básica de juros, a Taxa SELIC, para 10,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária - COPOM do Banco Central. Inconformismo com a não votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional. Conveniência de votação da proposta de reforma tributária de autoria do Deputado General Paternelli.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Peternelli, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero falar da minha alegria ao saber da confirmação da portaria, editada pela Presidência da República, que acaba com a exigência da prova de vida presencial de aposentados e de pensionistas do Brasil inteiro.

Logicamente, essa é uma medida que beneficia mais de 30 milhões de brasileiros que recebem benefícios através do INSS. Esse tipo de procedimento, a prova de vida, em que a pessoa tinha que se deslocar ao banco, era ruim para o sistema bancário, assim como - e principalmente - para aposentados e pensionistas. Acredito que esse problema, a respeito do qual já vínhamos falando da tribuna da

Câmara, será solucionado. Por várias vezes o Deputado Hildo Rocha utilizou a tribuna da Câmara para falar da desnecessidade desse tipo de procedimento, que gerava grande burocracia para os aposentados.

A partir de agora, quem tem que provar que o cidadão está morto ou vivo é o próprio instituto de Previdência, o INSS, e não o cidadão. A exigência da prova de vida era uma medida abusiva. Portanto, parabenizo o Presidente Jair Bolsonaro pela atitude.

Quero também, Sr. Presidente, na noite de hoje parabenizar os Desembargadores do Maranhão pela escolha do novo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão para o biênio 2022/2024.

Foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça o Desembargador Paulo Velten, mestre, doutor, um homem preparado, um desembargador muito preparado, que tem levado alegria a todos os membros, além de orgulho ao Judiciário maranhense.

Parabenizo todos os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado Maranhão, assim como também me congratulo com o Desembargador Paulo Velten, desejando a ele sucesso nessa empreitada. Ele, que termina agora o mandato na Corregedoria, desenvolveu um trabalho maravilhoso como Corregedor do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Parabenizo também o Desembargador Ricardo Duailibe, ex-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, que foi eleito na data de hoje Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Para o cargo de Corregedor foi eleito o jovem Desembargador Froz Sobrinho, meu amigo, que já foi Promotor de Justiça de várias comarcas do Estado do Maranhão e entrou no Tribunal de Justiça através do quinto constitucional. Os três Desembargadores, inclusive, são oriundos do quinto constitucional: Paulo Velten, Ricardo Duailibe e Froz Sobrinho, que também parabenizo pela eleição para o cargo de Corregedor do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Parabenizo todos os três Desembargadores. Eles são bons, e eu sei que a Justiça do Maranhão vai continuar em boas mãos - o Desembargador Lourival Serejo, que vai encerrar o seu mandato, também fez excelente trabalho à frente do Judiciário maranhense, do Tribunal de Justiça.

Quero também falar da minha insatisfação ao ver que, mais uma vez, o Banco Central, através do COPOM, aumentou os juros. É a oitava vez seguida em que se aumentam os juros no nosso País. Essa é uma demonstração clara de que a economia está desarrumada.



É uma demonstração clara de que não há controle, por parte do Governo Federal, da economia nacional. Isso significa aumento de preços.

A taxa SELIC foi para 10,75%. É a maior taxa básica dos últimos 5 anos. Isso preocupa a todos nós, porque vai aumentar o custo do dinheiro, vai aumentar o custo do investimento, vai desacelerar o investimento no País. E desacelerar investimento significa diminuir a oferta de emprego. Não é uma boa medida e, portanto, isso nos preocupa bastante. Ministro Paulo Guedes tem que ter mais responsabilidade e mais cuidado com sua Pasta.

Aqui se falou agora há pouco sobre reforma tributária. Nós já poderíamos ter aprovado a reforma tributária. A PEC 45 foi analisada pela Comissão Especial da qual eu fui Presidente. Trabalhamos mais de 1 ano ouvindo todas as lideranças empresariais, representantes dos Fiscos estaduais, municipais e federal, representantes de Governos estaduais, representantes de Prefeituras. Todos disseram que a PEC 45 era uma boa proposta.

Apesar disso, o que se fez foi acabar com a PEC 45. O Governo Federal não apoiou a sua aprovação. Se nós tivéssemos apoio e tivéssemos aprovado essa reforma tributária... É a mesma que está no Senado; a PEC 45 é a mesma coisa da PEC 110. Se nós a tivéssemos aprovado, hoje teríamos uma taxa de juro de 1% ou 2%, não tenho nenhuma dúvida em relação a isso.

Portanto, nós temos que trabalhar para aprovar uma reforma tributária séria, que venha beneficiar o povo brasileiro.

Sr. Presidente, V.Exa. também tem uma proposta muito boa - eu a conheço. É uma proposta inovadora, que tem sentido: diminui muito a carga tributária, sem diminuir a arrecadação dos Governos Estaduais, Municipais e Federal.

Presidente, solicito que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 3/13

1.2022

Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/02/2022-21:04
CD

Publ.: DCD - 03/02/2022 CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS -

- AM

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO



Sumário

Continuidade dos trabalhos da Casa no período pré-eleitoral. Inadmissibilidade de realização de reforma tributária prejudicial à Zona Franca de Manaus.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (REPUBLICANOS - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Este é o primeiro dia de trabalhos legislativos de 2022. Quero dizer para o meu eleitor que, apesar de este ser ano de eleição, nós não vamos reduzir os trabalhos; vamos continuar trabalhando muito para melhorar o Amazonas, para melhorar o Brasil. Só hoje foram dois projetos de lei apresentados, quatro requerimentos de indicação, um discurso, um requerimento de informação. E vamos continuar trabalhando duro ainda.

Sr. Presidente, eu sei que V.Exa. é autor de uma emenda à proposta de reforma tributária, a PEC 45, e o que mais se falou hoje, no primeiro dia de trabalhos, e está no discurso do Presidente Arthur Lira, está no discurso do Presidente Bolsonaro, é que nós precisamos da reforma tributária - o Brasil está a um passo da OCDE.

Mas nós não vamos aceitar uma reforma tributária que destrua a Zona Franca de Manaus, que tem feito um grande trabalho para o nosso País.

O que mais se discutiu no mundo foram as questões climáticas, principalmente, e o desmatamento na Floresta Amazônica. Você que não conhece o nosso Estado, eu quero que entenda este raciocínio: a Zona Franca de Manaus tem um papel ambiental, pois, em vez de o homem da floresta desmatar, para usar a terra para o agronegócio, para plantar soja, para criar gado, ele vai para a indústria, uma indústria limpa, tecnológica, que tem reduzido as desigualdades sociais no nosso Estado e na Região Norte.

Imagine como seria, se não houvesse a Zona Franca de Manaus. O nosso povo não ia morrer de fome, não. O nosso povo ia desmatar, ia plantar soja, ia criar gado. Mas sabe o que isso provocaria em nosso País? O nosso País sofreria embargos econômicos. Ninguém ia querer comprar soja do Brasil, se o Brasil estivesse desmatando a Floresta Amazônica. Ninguém ia querer comprar carne do Brasil, se o Brasil estivesse desmatando a floresta.

Por isso, eu concito todos os Parlamentares a pensarem na reforma tributária, conciliando-a com a Zona Franca de Manaus. Nós temos é que investir mais na Zona Franca de Manaus, dar condições para tanto. E eu tenho vários projetos nesse sentido, para melhorar o

ambiente de negócios e levar para lá mais indústrias, porque, assim, nós fortaleceremos o meio ambiente e levaremos uma imagem positiva do Brasil.

Então, fica este recado: para o ano de 2022, temos como meta a reforma tributária, mas preservando a Zona Franca de Manaus. Não haverá reforma tributária, se destruirmos a Zona Franca de Manaus. Se destruirmos a Zona Franca de Manaus, nós estaremos destruindo o Brasil.

Documento 4/13

2.2022 Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/02/2022-
CD 11:32

Publ.: DCD - 04/02/2022 - TIAGO MITRAUD-NOVO -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS
ORDEM DO DIA
COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Eleição do orador para o cargo de Líder do partido Novo na Casa no exercício de 2022. Defesa de realização das reformas administrativa e tributária. Prioridade da Câmara dos Deputados na votação de propostas destinadas ao combate à corrupção.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Presidente, como foi anunciado ontem pelo Deputado Paulo Ganime, que foi nosso Líder no ano passado juntamente com o Deputado Vinicius Poit, tive a honra de este ano ser escolhido como Líder da minha bancada, para poder, ao longo deste ano de 2022, ano tão importante para o País, ajudar a conduzir os trabalhos do Partido Novo na Câmara dos Deputados.

Gostaria aqui, perante o Plenário, de dizer o que nós do Partido Novo acreditamos que deva acontecer ao longo do ano de 2022.

Infelizmente, nós temos esta cultura no País de evitar temas polêmicos em ano eleitoral, mas fico feliz que os líderes dos Poderes e desta Casa que falaram aqui ontem na abertura da sessão legislativa tenham mencionado, tenham dito que irão colocar como prioridade temas que nós também temos como prioridade.



Não acreditamos que ano eleitoral deve ser justificativa para não enfrentarmos os verdadeiros problemas do País, para não enfrentarmos as importantes reformas que, há décadas, o País aguarda que sejam votadas aqui. Acreditamos que, independentemente de ano eleitoral ou não, temos, sim, que trabalhar para entregar ao Brasil reformas tão importantes como a reforma administrativa, como a reforma tributária, até para poder mostrar aos eleitores quem são aqueles Deputados e quem são os partidos que não fogem da luta da modernização do Brasil.

Defender reformas em ano eleitoral é algo que os eleitores desejam para poderem diferenciar os Parlamentares que querem ver o Brasil se modernizar e aqueles que desejam nos manter no atraso.

Outro ponto muito importante é não arredarmos o pé das pautas de combate à corrupção. O Brasil aguarda, há muito tempo - inclusive porque foi prometido pelo atual Presidente -, que priorizemos o combate à corrupção. A pauta do fim do foro privilegiado está na Mesa Diretora desta Câmara, aguardando para ser votada há centenas e centenas de dias. O fim da impunidade, com a votação da segunda instância, também aguarda há muito tempo para avançar nesta Casa. E nós precisamos que essas pautas sejam colocadas em votação este ano.

Presidente, do lado do Partido Novo, este Plenário e este Congresso podem aguardar o nosso combate insaciável pelas reformas de que o Brasil precisa e também a luta incessante contra a corrupção.

Gostaria de agradecer também aos Deputados Marcel van Hattem e Adriana Ventura, que estarão ao longo deste ano na Vice-Liderança do Partido Novo na Câmara. Não poderia ter companheiros melhores para me ajudar nesse desafio. A presença deles aqui, nesta quinta-feira, já mostra que a minha Liderança não será sozinha, mas um grupo de trabalho, com Parlamentares dessa qualificação, que este Plenário já conhece muito bem, que estarão ao meu lado ajudando na condução dos trabalhos do Partido Novo nesta Casa.

Agradeço também aos nossos ex-Líderes, o Deputado Paulo Ganime, o Deputado Vinicius Poit e o Deputado Marcel van Hattem, pela forma como conduziram o partido dos primeiros 3 anos, com quem muito aprendi. O espírito desta Liderança de 2022 será de continuidade aos trabalhos que foram feitos. Então, muito obrigado a todos. Contem com o Partido Novo para fazer as reformas e as mudanças de que o Brasil precisa.

Muito obrigado.



4.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 09/02/2022-23:00
Publ.: DCD 10/02/2022 -	- CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS -AM	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Discussão de ações de fomento à produção industrial brasileira. Inadmissibilidade da realização de reforma tributária prejudicial à Zona Franca de Manaus.

DISCURSO NA ÍNTegra ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CAPITÃO ALBERTO NETO.

Exmo. Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem-se falado muito sobre o estabelecimento de ações voltadas ao fomento do setor produtivo industrial. Meu Estado, o Amazonas, tem como base econômica principal o Polo Industrial de Manaus, com suas mais de 450 indústrias instaladas. Nesse parque fabril pujante são gerados cerca de 500 mil empregos diretos e indiretos e são fabricados produtos inovadores, eficientes e com nível de qualidade mundial.

Aproveito para convidar os colegas Parlamentares que não conhecem o Polo Industrial de Manaus para irmos juntos a algumas fábricas, a fim de que vejam *in loco* o que os brasileiros do Norte fazem com maestria na produção de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, motos, bebidas, bicicletas e também visitem nossos institutos de pesquisa e inovação.

O Governo Federal, por intermédio da Superintendência da Zona Franca de Manaus, SUFRAMA, divulgou na semana passada os indicadores do Polo Industrial instalado na Capital do meu Estado. São números que mostram de forma incontestável a importância dos parques fabris da Zona Franca de Manaus para a Região Amazônica e para o País. O Polo Industrial de Manaus obteve um faturamento acumulado recorde de quase R\$ 145,59 bilhões até o penúltimo mês de 2021, o que representa um aumento de 32,13% em comparação ao valor alcançado em 2020. E Isso significa também arrecadação de impostos e tributos crescentes.

Essa força da indústria amazonense faz com que o Amazonas seja o Estado com maior arrecadação federal da Região Norte. Somos superavitários, já que no Amazonas se arrecada mais impostos do que se recebe de repasses.

Mas, Sr. Presidente e colegas Parlamentares, V.Exas. sabem o porquê desse bom desempenho? Esse desempenho é reflexo da força da indústria do Amazonas no atendimento ao mercado consumidor nacional. Mesmo com o mundo, nos 2 anos de pandemia da COVID-19, sofrendo com restrições para atender à demanda, por falta de insumos ou por dificuldades logísticas, o Brasil foi plenamente atendido com produtos fabricados na Zona Franca de Manaus.

Por outro lado, não podemos deixar de reconhecer e registrar que se o mercado consumidor aqueceu, foi porque o Governo Federal tomou medidas importantes de fomento à indústria e ao consumo.

Ocorre que muito se tem comentado sobre medidas para o fomento da reindustrialização do País. Vejo com muito bons olhos isso e apoiarei de forma irrestrita tudo o que proporcionar ao Brasil e ao Amazonas mais emprego, renda, o fortalecimento dos negócios existentes e a atração de novos negócios. Contudo, não iremos permitir que medidas prejudiquem os amazonenses. Não é justo!

E por que digo isso? Tanto esta Casa quanto o Senado Federal estão discutindo propostas de reforma tributária. Entendo que toda e qualquer mudança para a melhoria do ambiente de negócios focado no tema tributação deva ocorrer em uma reforma tributária. Mas eis que surge a intenção de se reduzir o Imposto Sobre Produto Industrializado (IPI).

Em um primeiro momento, essa ideia é muito bem-vinda e terá o nosso apoio, se também forem consideradas nessa alteração do IPI as vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus. Afinal, o IPI é o principal imposto que compõe o escopo dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, e não podemos fazer com que o centro industrial instalado no meu Estado, cuja força e importância para o País acabei de relatar, seja desconstruído por uma decisão que não atente para a manutenção das vantagens comparativas.

Lembro que a ZFM não pode ser vista tão somente como uma área de benefícios. Seu papel como indutor do desenvolvimento da Região Amazônica é fundamental.

Então, Sr. Presidente, acho prioritário avançarmos nas discussões sobre a reforma tributária. Eu, como Parlamentar do Amazonas, estarei atento a medidas que possam prejudicar os empregos e os investimentos do meu Estado. Sei que o Presidente Bolsonaro sabe da

importância da Zona Franca de Manaus e orientará a equipe econômica a construir os melhores caminhos para o País, sem prejudicar algo que induz o desenvolvimento regional, gera emprego e renda, arrecada muitos impostos e tem papel fundamental na preservação da Floresta Amazônica - 97% da floresta está em pé.

Solicito a divulgação deste discurso pelos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 6/13

5.2022 Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/02/2022-
CD 10:52
Publ.: DCD - 11/02/2022 - TIAGO MITRAUD-NOVO -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão observado o disposto na Lei nº 13.022, de 2014, constante no inciso IV, art 2º, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2022, da Medida Provisória nº 1.070, de 2021, sobre a instituição do Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro). Posicionamento do Novo contrário à concessão de subsídios tributários. Apoio do partido à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o NOVO orienta "sim".

Aproveito o ensejo para dizer que a nobre Deputada Erika Kokay disse, erroneamente, que o NOVO é a favor do subsídio tributário para defensivos agrícolas. Primeiro, o NOVO é contra qualquer subsídio tributário. Nós defendemos a PEC 45/19, sobre a reforma tributária, que torna as tarifas de impostos no Brasil isonômicas: para todo produto e para todo serviço, a mesma tarifa.

Minha assessoria se deu o trabalho de pesquisar quando foi instituído o subsídio aos defensivos agrícolas no Brasil. Esta data é importante, Deputada Erika Kokay. Trata-se do Decreto nº 7.660, de 2011, que instituiu o subsídio para defensivos agrícolas no IPI. Não é por acaso que eu trouxe esta data, pois, em 2011, a Presidente do Brasil era Dilma Rousseff, do PT, que concedeu subsídio tributário para os

defensivos agrícolas.

Documento 7/13

8.2022

Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/02/2022-
CD 13:00

Publ.: DCD - 18/02/2022 - GENERAL PETERNELLI-PSL -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Agradecimento à Casa pela aprovação do Projeto de Lei nº 9.432, de 2017, sobre a alteração de dispositivos do Decreto-lei nº 1.001, de 1969, (Código Penal Militar), e do art.1º da Lei nº 8.072, de 1990. Defesa de realização da reforma tributária e de aprovação do Projeto de Lei nº 1.422, de 2019, sobre a adoção de número único para os documentos especificados e o estabelecimento do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como documento suficiente para identificação dos cidadãos nos bancos de dados de serviços públicos. Importância da aprovação, pelo Senado Federal, da Proposta de Emenda à Constituição nº 517, de 2010, relativa à autorização da produção, comércio e utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, vou usar este tempo de Liderança basicamente para agradecer. Quero agradecer a V.Exa., ao Presidente da Câmara dos Deputados, à Mesa e a todos os partidos. Quero destacar a bancada feminina, que também dialogou muito, e os assessores de todos os partidos, de todas as áreas, em especial o Chefe de Gabinete Artur, que trabalha há muitos anos nesse projeto de atualização Código Penal Militar.

A atualização, realmente, é um fator muito importante. Foram realizadas mais de cem atualizações no Código Penal Militar, e isso só foi possível com a participação de todos. O projeto seguiu todo o trâmite, toda a sequência, e teve como base um trabalho muito bem executado pelo Deputado Subtenente Gonzaga.

Quero destacar o trabalho que o Superior Tribunal Militar executou, através dos seus integrantes, nessa redação final, que fez convergir muitas opiniões.

Eu tenho certeza de que a sociedade brasileira ganha muito com essas atualizações, que permitem um código muito mais moderno, muito mais atualizado com a legislação. O que nós fizemos foi principalmente atualizar o Código Penal Militar, que é de 1969, com todas essas legislações que vieram a *posteriori*, inclusive a própria Constituição



Federal de 1988.

Então, estou muito grato por essa vitória. Fico bastante emocionado por ter concluído a atualização do Código Penal Militar, o que era uma aspiração desde que fui designado Relator na Comissão de Constituição e Justiça. Sou muito grato à equipe toda que auxiliou esse trabalho, especialmente à equipe do PSL, que, durante esse período, também nos deu o suporte necessário a essa ação. Exatamente como nós dizemos, um trabalho conjunto, unido, em prol do bem comum é fundamental para o nosso País. Eu só tenho a agradecer a todos.

Lembro que nós temos ainda muitas pautas importantes aqui na Câmara dos Deputados, como a reforma tributária. Sempre cito também o número único para o cidadão brasileiro. O Estado de Santa Catarina, inclusive, atualmente, já emite a identidade com número coincidente com o do CPF, que, de 8 anos para cá, está na certidão de nascimento das crianças. Há necessidade de estender isso a todos os demais documentos, facilitando muito a vida do cidadão brasileiro. Nós temos aí uma chance de unificar os números de vários documentos, além da identidade: título de eleitor, emitido a partir de 16 anos de idade; carteira de motorista, emitida a partir de 18 anos de idade; carteira de trabalho; cartão do SUS; passaporte. Simplificar é muito importante para todos nós.

Gostaria de dizer também da importância da Proposta de Emenda à Constituição nº 517, de 2010, de autoria do Senador Alvaro Dias, já aprovada no Senado Federal, que cuida de radiofármacos, que são exatamente as substâncias utilizadas na medicina nuclear. O Brasil precisa avançar nessa área, e a PEC vai permitir uma maior oferta de radiofármacos para o brasileiro. A própria Argentina utiliza três vezes mais do que nós esse tipo de material. A medicina nuclear permite diagnóstico muito mais eficiente do câncer, tratamento do próprio câncer, diagnóstico de doenças do coração, diagnóstico de doenças da tireoide, o que vem contribuir muito para o cidadão.

Muito obrigado por esta oportunidade.

Agradeço a todos os Deputados oriundos das Forças Armadas, oriundos das Polícias Militares, que contribuíram muito para o que foi aprovado na data de hoje.

Felicidades a todos.

Obrigado.



Publ.: DCD
24/02/2022 -

CÂMARA
DEPUTADOS

Extraordinária - CD
- AFONSO FLORENCE-PT -BA
DOS BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Anúncio de apresentação, pelo Senador Roberto Rocha, de parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional. Necessidade de votação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, relativo à alteração da legislação do Imposto de Renda de pessoas físicas, de empresas e investimentos financeiros. Apresentação pela Oposição da Emenda Substitutiva Global nº 178, de 2019, (chamada de reforma tributária justa, solidária e sustentável), à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, a respeito da simplificação do Sistema Tributário Nacional pela unificação de tributos sobre o consumo.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Presidente Charles, peço que autorize a divulgação do meu pronunciamento nos Anais da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste, a reforma tributária andou finalmente no Senado Federal. O noticiário da semana cobre uma reunião do Presidente Rodrigo Pacheco com o Presidente Luiz Fux na qual eles combinam uma agenda, Deputado e Ministro Patrus Ananias, para a simplificação tributária no Brasil.

Deputado Carlos Zarattini, nesta mesma semana, o Senador Roberto Rocha apresenta na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal o seu relatório sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, que é a PEC que faz a simplificação tributária, unifica PIS/COFINS e cria a CBS.

Entretanto, nós não encontramos a tributação sobre lucros e dividendos, a tributação dos muito ricos no Brasil, nem no relatório do Deputado Aguinaldo Ribeiro sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que tramitou na Câmara dos Deputados e que, depois, numa Comissão Mista, ganhou esse relatório, nem no relatório do Senador Roberto Rocha.

Deputada Erika Kokay, este Plenário aprovou, com uma grande articulação da Oposição - e destaco a posição de todos os partidos da Oposição -, a tributação sobre lucros e dividendos, por meio do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, que está nas mãos do Relator, o Senador Angelo Coronel, mas não está avançando.

O povo e o Estado brasileiro precisam da cobrança sobre as grandes fortunas, da tributação das grandes heranças. No Brasil, 20 bilionários têm um patrimônio igual ao de 180 milhões de habitantes, e 80% da sua renda não sofre tributação.

O movimento da Reforma Tributária Justa e Solidária sustentou a posição da Oposição, liderada pelo PT. Nós apresentamos a Emenda Substitutiva Global nº 178 à PEC 45, que ganhou o nome de Reforma Tributária Justa, Solidária e Sustentável. Precisamos tributar as grandes fortunas, tributar lucros e dividendos, retirar os tributos indiretos da trabalhadora e do trabalhador, acabar com a regressividade tributária e aprovar a progressividade tributária.

Por isso, vamos aprovar no Senado Federal o PL 2.337, tributando lucros e dividendos.

Obrigado, Presidente.

Documento 9/13

10.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	23/02/2022-16:56
Publ.: DCD 24/02/2022 -	JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Defesa da manutenção de incentivos fiscais concedidos à Zona Franca de Manaus. Contrariedade à redução da alíquota do IPI das empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus. Defesa da inserção de dispositivo a favor da Zona Franca no bojo da Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, a respeito da reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os colegas Parlamentares.

Aqui no Amazonas, nós temos uma grande preocupação quanto à manutenção dos incentivos fiscais que garantem a permanência das empresas no Polo Industrial. A arrecadação do Estado depende do Polo Industrial, do comércio, da Zona Franca de Manaus. E há no momento medidas do Governo Federal, do Ministro da Economia, com a proposta de reduzir as alíquotas de IPI. Com essa redução, diminuiriam as vantagens comparativas que fazem com que as empresas se instalem numa região tão distante como a da Amazônia,



no centro da Amazônia, na cidade de Manaus.

Temos que lembrar que o fator de atração são exatamente os incentivos fiscais. À medida que se reduz o IPI, reduzem-se as vantagens. Com isso, reduz-se, portanto, o interesse das empresas em permanecer nessa região, onde garantem emprego, renda e arrecadação pública.

Também a proposta da reforma tributária não define claramente o que vai acontecer com o IPI. Existe um prazo, e, claro, a previsão seria acabar com o IPI. Ao mesmo tempo, há o problema da arrecadação dos impostos, que ocorrerá no destino. Então, isso vai afetar a arrecadação do Estado e o orçamento estadual.

Na proposta da reforma, na PEC 110/19, é preciso haver salvaguarda em relação à manutenção da Zona Franca de Manaus. Eu imagino que isso não será fácil, mas, se nós perdemos a Zona Franca, se não houver competitividade, se não houver vantagens, as empresas irão embora e o desemprego irá aumentar.

Nós já estamos vendo uma queda de 7% no faturamento do setor eletroeletrônico, que foi denunciada pelo Sindicato dos Metalúrgicos. Também conforme denúncia do sindicato, foram perdidos mais de 7 mil empregos com demissões do ano passado para este ano. Então, a situação é motivo de preocupação, sim, na medida em que o Governo Federal ameaça a Zona Franca permanentemente e a reforma tributária não tem uma garantia de manutenção das vantagens comparativas da Zona Franca, e, ao mesmo tempo, não define como será a compensação das perdas de arrecadação do Estado nesse período.

Portanto, nós temos que cuidar de desenvolver a Região Norte, a Região Amazônica, e preservar o que temos, preservar a Zona Franca de Manaus.

Sr. Presidente, eu gostaria que meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 10/13

10.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	23/02/2022-18:20
Publ.: DCD 24/02/2022 -	- LUIS MIRANDA-UNIÃO -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES	



Sumário

Corrosão dos salários dos servidores públicos e dos trabalhadores da iniciativa privada pela inflação. Necessidade de realização da reforma tributária para a retomada do poder de compra da população brasileira. Rejeição pela Casa do voto presidencial à proposta de recomposição do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, o Fundo Eleitoral. Não realização, pelo Governo Federal, de investimentos na área de segurança pública. Gestão desastrosa do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Importância da concessão de reajuste salarial aos servidores públicos para aquecimento do comércio e consequente combate ao desemprego.

O SR. LUIS MIRANDA (UNIÃO - DF. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Sr. Presidente.

Venho a esta tribuna hoje para fazer justiça a todos os servidores públicos do Brasil. Nós estamos vivendo um momento muito interessante: a inflação existe, não é um factoide, diferentemente do que dizem as *fake news* produzidas por alguns grupos que adoram fantasiar o mundo real, e ela corroeu o salário da população - esse é um dado real -, e não só o do funcionário público, mas também e principalmente o do funcionário do setor privado.

Nós não tivemos a prometida redução da carga tributária. O Governo Bolsonaro, quando entrou, veio com essa bandeira de que iria cortar essa carga tributária alta que temos. Até agora nada aconteceu. Há esperança de que ele ainda o faça. Este é um ano de eleição, Presidente! Olhe aí, é um ano de eleição! É importante para o senhor fazer uma reforma tributária e devolver o poder de compra para a população.

Mas, mais do que isso, Deputado Marcelo Ramos, quando eu vi V.Exa. aqui diversas vezes ser atacado por tentar dar ao Governo o que ele precisa para governar... Quantas vezes pediram a V.Exa. que se sentasse na cadeira da Presidência para colocar em votação propostas que eram pouco republicanas, por exemplo, o fundão! E colocaram V.Exa. naquela situação em que, se o Governo não quisesse, a proposta não passaria, porque ele tem maioria nesta Casa. Essa é a grande verdade.

A base do Governo votou e está aí o fundão. O Presidente vetou o projeto para pregar para a galera, para jogar para fora, o veto voltou para cá, e nós o derrubamos. Aliás, nós, não, porque eu não compactuo com tal coisa.

O que me deixa preocupado é essa visão é de austeridade. Isso não é

nacionalismo, isso é austeridade.

Deputado Sargento Fahur, V.Exa. é da polícia e sabe o quanto a polícia espalhada pelo Brasil está sucateada. Onde está o investimento em segurança pública? E quando o Presidente, em ano de eleição, quer dar aumento, erra na estratégia. O Governo tinha que ter dado aumento para a Polícia Federal, para a PRF, para a Polícia Penal, para a Polícia Civil do DF, para a PM do DF, que, se alguém não sabe, é mantida com recursos da União, para o Corpo de Bombeiros daqui, para os Corpos de Bombeiros dos ex-Territórios.

Mas tinha que ter feito isso lá atrás, quando a inflação já tinha engolido o salário desses profissionais.

Agora nós temos que dar aumento para os médicos, que estão espalhados por todo o Brasil, para os enfermeiros. E ainda temos em tramitação uma matéria extremamente delicada, que já foi votada no Senado, e precisa ser votada aqui.

Nós temos uma situação na qual o profissional que trabalha para o Estado é quem sustenta o resto do País. Se um funcionário que trabalha aqui na Câmara receber um aumento de 10%, esse dinheiro volta para o comércio. Essa é a matemática que o Guedes, o pior Ministro da Economia de todos os tempos, não entende! Quando o Governo dá um aumento para um servidor público, esse servidor público vai para o comércio. Quando o servidor consome no comércio, ele gera riqueza para o empresário, que, com o aumento das vendas, consequentemente tem que contratar mais. E aí começamos a criar um negócio chamado pleno emprego, que também pode ser feito com redução da carga tributária do setor privado, dos empresários.

Esse pleno emprego que o Brasil não está vivendo, porque nós estamos vivendo um momento de grande desemprego, é que eu gostaria de ver neste País um dia! E só existe um jeito para isso, Deputado Orlando: passar a olhar para o povo e entender que, quando o comerciante vende mais, ele tem que contratar mais. E aquela pessoa que estava desempregada e é contratada também passa a consumir. Esse tipo de política pública macroeconômica é que o Governo vem ignorando, além de sucatear o povo brasileiro, dos servidores públicos aos funcionários das empresas deste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 11/13

10.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 23/02/2022-18:24
Publ.: DCD	- MARCELO RAMOS-PL -AM	

24/02/2022 -

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Prejuízos causados à Zona Franca de Manaus pela eventual aprovação do parecer oferecido pelo Senador Roberto Rocha à Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu venho a esta tribuna tratar dos efeitos do relatório do Senador Roberto Rocha, apresentado hoje na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, relativo à Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, a PEC da Reforma Tributária.

Primeiro, eu quero lembrar que a Zona Franca de Manaus é o mais exitoso modelo de desenvolvimento regional do nosso País. É um modelo que gera 100 mil empregos diretos, 500 mil empregos, entre diretos e indiretos, o que faz o Estado do Amazonas ser um Estado equilibrado do ponto de vista fiscal que nunca pediu socorro para a União, que nunca atrasou salário de servidor público. E, acima de tudo, sem que isso tenha sido o objetivo da Zona Franca, quando criada, ela é um modelo que garante sustentabilidade para o desenvolvimento econômico do Estado do Amazonas e faz com que a floresta no Estado seja 98% preservada e permite que, ainda que com 80% de reserva legal, o Amazonas possa ser um Estado sustentável, do ponto de vista econômico, e que consiga minimamente gerar emprego e gerar renda para a sua gente, além da questão do equilíbrio fiscal.

Eu fui um entusiasta da PEC 110. Defendi várias vezes a PEC 110 nesta tribuna, sob a ideia de um IVA Dual - um IVA Federal e um IVA Estadual -, sob a ideia de uma migração inicial da tributação sobre o consumo para a tributação sobre a renda e sobre a propriedade. Mas quero manifestar aqui minha absoluta frustração com o relatório apresentado pelo Senador Roberto Rocha, que desvirtuou completamente o espírito da PEC 110, concebida sob a coordenação do ex-Deputado Luiz Carlos Hauly, aqui nesta Casa Legislativa.

Ademais, há nesse relatório efeitos perigosíssimos para o Estado do Amazonas e para a Zona Franca de Manaus. O relatório remete para uma lei complementar a alíquota do IBS; o relatório remete para a lei complementar e para a lei ordinária a criação da CBS, a Contribuição sobre Bens e Serviços. Ora, fala-se de um IVA Dual, mas mantém-se a CBS. Isso é uma aberração do ponto de vista legislativo e do ponto de

vista tributário!

O relatório diz que nenhum Estado perderá receita por 40 anos, mas não cria um mecanismo concreto que resulte efetivamente nisso. O relatório estabelece tudo na forma de lei ordinária e lei complementar. O relatório da PEC 110 é um desastre, é um tiro no escuro, é um salto sem paraquedas, é um susto no povo brasileiro, que espera uma reforma tributária séria, na medida em que faz falsas mudanças na Constituição e remete tudo para a lei complementar e a lei ordinária.

Quero manifestar aqui a minha contrariedade com esse texto e a resistência da bancada e do povo do Amazonas a ele. Há ali um texto que vende a ilusão da proteção da Zona Franca de Manaus, mas, na verdade, antecipa um desmonte desejado por muitos, inclusive pelo Ministro Paulo Guedes, mas que não será permitido pela luta do bravo povo do Estado do Amazonas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 12/13

10.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 23/02/2022-19:12
Publ.: DCD 24/02/2022 -	GENERAL PETERNELLI-UNIÃO -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Governo Federal pelo lançamento do Documento Nacional de Identificação. Declaração do Ministro da Economia, Paulo Guedes, favorável à adoção do imposto digital para simplificação do sistema tributário.

O SR. GENERAL PETERNELLI (UNIÃO - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós sempre temos advogado o sonho do brasileiro de um número único para o cidadão. Hoje as crianças já nascem com o CPF na certidão de nascimento e, quando tiram a carteira de identidade, não haveria motivo para usarem outro número.

Hoje, o cidadão brasileiro tem 27 números de identificação: carteira de identidade, título de eleitor, carteira de motorista, carteira de trabalho, carteira SUS, passaporte, e assim sucessivamente.

Por isso, gostaria de parabenizar o Governo Federal, que deu mais um passo importante com o Documento Nacional de Identificação. O

cidadão, através da plataforma gov.br, vai poder confeccionar a sua carteira nacional de identificação, que terá como número de referência o CPF.

Então, é mais um passo fundamental na simplificação e no processo de digitalização que já estamos enfrentando. Já temos em formato digital o prontuário médico, a caderneta de vacinação, o processo de transferência de veículos, a não necessidade da prova de vida. Tudo isso é excepcional.

O Ministro Paulo Guedes lembrou que o imposto digital também simplificaria o nosso sistema tributário. É o Brasil buscando o bem comum e facilitando a vida de todos os brasileiros.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 13/13

10.2022 Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2022-
CD 23:00
Publ.: DCD - 24/02/2022 - JOÃO CAMPOS-REPUBLICANOS -GO
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 442, de 1991, sobre a legalização de jogos de azar no Brasil.

O SR. JOÃO CAMPOS (REPUBLICANOS - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas, nossa pauta é a legalização dos jogos de azar.

Qual é a urgência desta matéria? Que setores da sociedade brasileira estão a exigir que o Parlamento legalize os jogos de azar? Porventura a Avenida Paulista se encontra cheia de gente jovem, de homens e mulheres fazendo esta reivindicação? Porventura os meios de comunicação social comprometidos com os valores da sociedade brasileira estão exigindo do Parlamento esta pauta? Porventura os setores que representam as famílias brasileiras estão a exigir do Parlamento esta pauta? Ela é urgente para a sociedade brasileira? Qual é a pauta da sociedade brasileira? O que a sociedade brasileira está a esperar do Parlamento? Deliberar sobre a legalização dos jogos de azar? Certamente, não!

Estas são as matérias, meu Líder Vinicius Carvalho, que se encontram na agenda da sociedade brasileira: a miséria, a fome, especificamente



a reforma tributária, que nós não votamos. Vai acabar esta legislatura, e nós não teremos votado uma matéria tão importante como a reforma tributária! Ela se destina a simplificar o sistema, a fazer justiça tributária, e aí, sim, aumentar a receita do Brasil, facilitar o compartilhamento da receita com os Estados e os Municípios.

Por que o Parlamento não encontra uma solução para os preços dos combustíveis, que inquietam a sociedade brasileira como um todo? Não! De repente, é aprovado um requerimento de urgência para uma matéria que não está na agenda dos brasileiros. Se os jogos de azar forem legalizados, o Governo terá mais receita. Para quê?

A receita será aplicada em favor de quem? Que políticas públicas serão contempladas com esta receita? Cabe indagar. Haverá geração de emprego, mas também haverá como consequência a diminuição de empregos em outros setores. Quando se aumenta a receita, certamente há o aumento de gastos em outros setores. Esta equação não fecha.

Nós não podemos medir esta situação apenas do ponto de vista econômico, matemático. Não, isso é muito frio. É claro que nós teremos muitas outras consequências. Os jogos estimulam a integração da família? Os jogos estimulam o interesse do jovem pelo estudo, pelo conhecimento acadêmico, pela pesquisa? Os jogos valorizam os aposentados, os idosos, a velhice? Os jogos encaminham as pessoas para que elas se interessem pelo planejamento econômico? Há prosperidade a partir do trabalho, e não da sorte e do azar? É claro que não! Os jogos contribuem para uma melhor educação? É claro que não! Por que, então, esta pauta? A quem interessa esta pauta?

Penso que nós todos estamos a refletir porque, quando esta Casa votou o requerimento de urgência no fim da sessão legislativa, no ano passado, o placar a favor da urgência foi largo. Nós perdemos e ficamos achando que estávamos vencidos, até mesmo no mérito. Mas agora, quando votamos o requerimento de retirada de pauta, verificamos que perdemos apenas por 32 votos. Logo, meu Presidente Sóstenes, se 17 Deputados, entre aqueles que votaram a retirada de pauta, num processo de reflexão, mudarem o voto, nós venceremos a matéria e a derrotaremos em favor da sociedade brasileira. (Palmas.)

Eu convido, portanto, os colegas a fazerem esta reflexão, para que mudemos o voto e passemos a exigir do conjunto do Congresso, daqueles que dirigem a pauta que se conecta com a sociedade brasileira, uma pauta que faça com que o conjunto da sociedade nos aplauda. O argumento de que os jogos existem e, portanto, devem ser legalizados é um argumento simplista. O tráfico existe, o tráfico de drogas é real, é uma realidade. O tráfico de órgãos humanos e o tráfico



de pessoas existem. O aborto existe. Nós temos o aborto permitido por lei e o aborto que é crime. É assim também com a realidade dos jogos. Nós temos jogos permitidos por lei e temos jogos que são contravenções penais. Logo, este argumento é simplista. Ele não pode prevalecer! O que tem que prevalecer aqui são os valores da sociedade brasileira.

A sociedade pode contar com este Parlamentar e com a maioria desta Casa.

Muito obrigado. (Palmas.)
